



DIÁRIO ELETRÔNICO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
assessorialegislativa@mprs.mp.br

Porto Alegre, 15 de junho de 2018.

Edição n. 2395

Nesta Edição:

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Súmulas de contratos.....	2
Editais.....	5

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

Boletins.....	5
---------------	---



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 15 de junho de 2018.

www.mprs.mp.br

Edição n. 2395

**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**

**SÚMULA DE CONTRATO DE
COMPRA E VENDA N. 045/2018
PROCEDIMENTO N. 02405.000.056/2018
PREGÃO ELETRÔNICO N. 33/2018**

CONTRATADA: CALGAN EDITORA GRÁFICA LTDA ME;
OBJETO: aquisição de material timbrado, conforme especificações abaixo:

Item	Descrição	Qtde	Marca/ Modelo	Un	Valor Un.	Valor Total
3	Capa de processo mp-050 em cartão kraft, gramatura 300 g /m2, com impressão frente 1x0 Cor, medindo 36 x 25 cm formato fechado e 36x49 cm, formato aberto, 01 (uma) dobra e com 02 (dois) furos.	600	Própria/ conforme solicitado	Un	R\$ 0,95	R \$ 570,00
4	Capa de dossiê de estágio MP 241 em papel color plus, gramatura 180 g/m2, medindo 32X 24cm Aberta e 32 x 52 fechada, com as partes internas e externas na cor tahiti, com impressão na frente, dobradas em sanfona (3 dobras) e furadas.	1500	Própria/ conforme solicitado	Un	R\$ 1,08	R\$ 1.620,00
9	Pastas em cartolina branca, plastificada, gramatura de 240 g /m², impressão 4x0 cores formato aberto: 48 x 34 cm, formato fechado: 24 x 34 cm. 01 (uma) Dobra. Bolso interno formato trapézio: Base: 23cm. Altura menor: 7,5 cm E altura maior: 14 cm. A arte a ser gravada será enviada em arquivo.	3000	Própria/ conforme solicitado	Un	R\$ 0,62	R\$ 1.860,00

VIGÊNCIA: 04 (quatro) meses; **VALOR TOTAL :** R\$ 4.050,00;
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto/Atividade 6420, Natureza da Despesa 3.3.90.39 Rubrica 3934; **FUNDAMENTO LEGAL:** Leis Estaduais nos 13.191/09 e 11.389/99, Provimentos PGJ/RS nos 33/08 e 47/05, Lei Complementar no 123/06 e, subsidiariamente, Leis Federais nos 8.666/93 e 10.520/02 e Provimento PGJ /RS no 54/02.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 14 de junho de 2018.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

**CONTRATO DE COMPRA E VENDA N. 044/2018
PROCEDIMENTO 02405.000.055/2018
PREGÃO ELETRÔNICO N. 33/2018**

CONTRATADA: GL EDITORA GRÁFICA LTDA.; **OBJETO:** aquisição de material timbrado;

Item	Descrição	Qtde. (un)	Marca/ Modelo	Preço unitário	Preço Total
5	Envelope para usos Diversos tipo saco Retangular, em papel Kraft, Cor parda, 80g/m², Formato de 41x31cm, Impressão 1x0 cor.	3.000	GL grafica /gl grafica	R\$ 0,27	R\$ 810,00
6	ENVELOPE OFÍCIO TIMBRADO- MP-201, NA COR BRANCA, 75G/M², FORMATO DE 114 X 229 MM, COM CEP, RPC, IMPRESSÃO 1X0 COR	10.000	La grafica /fornecido	R\$ 0,12	R\$ 1.200,00

VIGÊNCIA: 04 (seis) meses; **VALOR TOTAL:** R\$ 2.010,00;
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto/Atividade 6420, Natureza da Despesa 3.3.90.39, Rubrica 3934; **FUNDAMENTO LEGAL:** Leis

Estaduais n. 13.191/09 e n. 11.389/99, Provimentos PGJ/RS n. 33/08 e n. 47/05, Lei Complementar n. 123/06 e, subsidiariamente, Leis Federais n. 8.666/93 e n. 10.520/02 e Provimento PGJ/RS n. 54/02.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 14 de junho de 2018.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

**SÚMULA DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL
PROCESSO N. 02405.000.055/2018**

O **DIRETOR-GERAL** da Procuradoria-Geral de Justiça, órgão administrativo do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições, designa, como fiscal do contrato constante do processo em epígrafe, o servidor Christian Brod e, como seu substituto, o servidor Fernando Kruel Nogueira.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 14 de junho de 2018.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

**SÚMULA DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL
PROCESSO N. 02405.000.056/2018**

O **DIRETOR-GERAL** da Procuradoria-Geral de Justiça, órgão administrativo do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições, designa, como fiscal do contrato constante do processo em epígrafe, o servidor Christian Brod e, como seu substituto, o servidor Fernando Kruel Nogueira.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 14 de junho de 2018.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

**SÚMULA DE CONTRATO DE
COMPRA E VENDA N. 054/2018
PROCEDIMENTO N. 02405.000.065/2018
PREGÃO ELETRÔNICO N. 19/2018**

CONTRATADA: MARCOS AURÉLIO COLLAÇO -EPP;
OBJETO: aquisição de material de expediente, conforme especificações abaixo:

Item	Descrição	Qtde	Marca/ Modelo	Un	Valor Total
3	Etiqueta auto-adesiva carta (32,7 X 44,45 MM) p/ jato Laser	10	LINK / 8020	CX	R\$ 219,00
6	Fita adesiva pequena transparente (durex)	1000	EUROCEL / PP2000	RL	R\$450,00
13.1	Pincel atômico azul	100	BRW / CA4001	Un	R\$110,00
13.2	Pincel atômico preto	300	BRW / CA4002	Un	R\$330,00
13.3	Pincel atômico verde	100	BRW / CA4004	Un	R\$110,00
13.4	Pincel atômico vermelho	200	BRW / CA4003	Un	R\$220,00
14	Porta canetas	300	MENNO / 1898	Un	R\$1.530,00
15	Porta-canetas com corrente	30	SOLUFX / BALCÃO	Un	R\$375,00

VIGÊNCIA: 06 (seis) meses; **VALOR TOTAL:** R\$3.344,00;
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto/Atividade 6420, Natureza da Despesa 3.3.90.30 Rubrica 3009; **FUNDAMENTO LEGAL:** Leis Estaduais nos 13.191/09 e 11.389/99, Provimentos PGJ/RS nos 33/08 e 47/05, Lei Complementar no 123/06 e,



Diário eletrônico
Ministério Público
 Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 15 de junho de 2018.

www.mprs.mp.br

Edição n. 2395

subsidiariamente, Leis Federais nos 8.666/93 e 10.520/02 e Provimento PGJ/RS no 54/02.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 13 de junho de 2018.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
 Diretor-Geral.

SÚMULA DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL
PROCESSO N. 02405.000.065/2018

O **DIRETOR-GERAL** da Procuradoria-Geral de Justiça, órgão administrativo do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições, designa, como fiscal do contrato constante do processo em epígrafe, o servidor Christian Brod e, como seu substituto, o servidor Fernando Krueel Nogueira.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 13 de junho de 2018.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
 Diretor-Geral.

SÚMULA DO 12º ADITIVO AO CONTRATO
DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AJDG N. 149/2014
PROCESSO SPI N. 1906-09.00/13-0
PREGÃO ELETRÔNICO N. 60/2013

CONTRATADA: UNISERV – UNIÃO DE SERVIÇOS LTDA.;

OBJETO: promover o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, passando a valer os seguintes valores: **1.1 A contar de 1º de janeiro de 2018:** Montante A - R\$ 1.193.991,38, Montante B - R\$ 181.995,24(sem alteração no valor), Montante C - R\$ 241.064,83 (estimado), Montante D - R\$ 220.890,84, TOTAL A+B+D - R\$1.596.877,46, TOTAL A+B+C+D - R\$ 1.837.942,29; **1.2 A contar de 1º fevereiro de 2018:** Montante A - R\$ 1.199.202,44, Montante B - R\$ 182.925,75, Montante C - R\$ 242.175,41(estimado), Montante D - R\$ 221.670,22, TOTAL A+B+D- R\$ 1.603.798,41, TOTAL A+B+C+D - R\$ 1.845.973,82; acrescer, ao objeto do ajuste, a contar do dia 15 de junho de 2018, os seguintes postos de trabalho:

ESPUMOSO – 01 Servente, 5 x por semana, 4 horas por dia – com material de higiene, limpeza e equipamentos.
PORTO ALEGRE – SANTANA – PROMOTORIA ESPECIALIZADA DOS DIREITOS HUMANOS - 01 Recepcionista, 220 horas mensais – sem material de higiene, limpeza e equipamentos.
PORTO ALEGRE – UNIDADE DE SERVIÇOS GERAIS – 01 Servente, 220 horas mensais – sem material de higiene, limpeza e equipamentos.
PORTO ALEGRE – ANDRADE NEVES, 106 – UNIDADE DE SERVIÇOS GERAIS - 01 Recepcionista, 220 horas mensais – sem material de higiene, limpeza.
PORTO ALEGRE – ANDRADE NEVES, 106 – UNIDADE DE SERVIÇOS GERAIS - 01 Recepcionista, 220 horas mensais – sem material de higiene, limpeza e equipamentos.
PORTO ALEGRE – ANDRADE NEVES, 106 – UNIDADE DE SERVIÇOS GERAIS - 01 Recepcionista, 220 horas mensais – sem material de higiene, limpeza e equipamentos.
PORTO ALEGRE – ANDRADE NEVES, 106 – UNIDADE DE SERVIÇOS GERAIS - 01 Recepcionista, 220 horas mensais – sem material de higiene, limpeza e equipamentos;

PORTO ALEGRE – ANDRADE NEVES, 106 – UNIDADE DE SERVIÇOS GERAIS - 01 Recepcionista, 220 horas mensais – sem material de higiene, limpeza e equipamentos.
PORTO ALEGRE – ANDRADE NEVES, 106 – UNIDADE DE SERVIÇOS GERAIS - 01 Recepcionista, 220 horas mensais – sem material de higiene, limpeza e equipamentos.
PORTO ALEGRE – AURELIANO DE FIGUEIREDO PINTO – CARTÓRIO GERAL DA PROMOTORIA JUSTIÇA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE – ATICULAÇÃO E PROTEÇÃO PORTO ALEGRE – 01 Recepcionista, 220 horas mensais – sem material de higiene, limpeza e equipamentos.
PORTO ALEGRE – AURELIANO DE FIGUEIREDO PINTO, 80 – UNIDADE DE GESTÃO DOCUMENTAL – 01 Recepcionista, 220 horas mensais – sem material de higiene, limpeza e equipamentos.
PORTO ALEGRE – AURELIANO DE FIGUEIREDO PINTO, 80 – UNIDADE DE GESTÃO DOCUMENTAL – 01 Recepcionista, 220 horas mensais – sem material de higiene, limpeza e equipamentos.
PORTO ALEGRE – AURELIANO DE FIGUEIREDO PINTO, 80 – UNIDADE DE ADMINISTRAÇÃO PREDIAL – SALA DE CONTROLE – 01 Recepcionista, 220 horas mensais – sem material de higiene, limpeza e equipamentos.
RIO GRANDE – SECRETARIA-GERAL - 01 Recepcionista, 220 horas mensais – sem material de higiene, limpeza e equipamentos.
SANTO ANTÔNIO DAS MISSÕES – 01 Servente, 5 x por semana, 5 horas por dia – com material de higiene, limpeza e equipamentos.
SÃO LEOPOLDO – PROMOTORIA ESPECIALIZADA - Recepcionista 220 horas mensais – sem material de higiene, limpeza e equipamentos.

Suprimir, do objeto do ajuste, a contar do dia 15 de junho de 2018, os seguintes postos de trabalho:

CAXIAS DO SUL – 01 Contínuo, 220 horas mensais – sem material de higiene, limpeza e equipamentos e equipamentos.
ESPUMOSO – 01 Servente, 220 horas mensais – com material de higiene, limpeza e equipamentos.
SANTO ANTÔNIO DAS MISSÕES – 01 Servente, 220 horas mensais – com material de higiene, limpeza e equipamentos.
VIAMÃO - 01 Contínuo, 220 horas mensais – sem material de higiene, limpeza e equipamentos.

Em decorrência dos acréscimos e supressões, o valor mensal do instrumento, a contar de 15 de junho de 2018, passa a: Montante A - R\$ 1.224.233,18, Montante B - R\$ 183.899,93, Montante C - R\$ 250.696,09 (estimado), Montante D - R\$ 226.201,05, TOTAL A+B+D- R\$ 1.634.334,16, TOTAL A+B+C+D - R\$ 1.885.030,25.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa 3.3.90.37, Rubrica 3701; **FUNDAMENTO LEGAL:** artigo 65, inciso I, alínea “b”, e § 1º inciso II, alínea “d”, da Lei Federal n. 8.666/93 e cláusulas segunda, item 2.6, e oitava do ajuste.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 13 de junho de 2018.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
 Diretor-Geral.



Diário eletrônico
Ministério Público
 Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 15 de junho de 2018.

www.mprs.mp.br

Edição n. 2395

**SÚMULA DO CONTRATO DE
 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N. 052/2018
 PROCEDIMENTO N. 02405.000.058/2018
 PREGÃO ELETRÔNICO N. 36/2018**

CONTRATADA: JSN ELEVADORES EIRELI; **OBJETO** prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, inclusive o atendimento de situações de emergência, com fornecimento de peças originais de reposição, nos elevadores instalados no prédio sede deste Ministério Público Estadual na cidade de Pelotas, na Rua Vinte e Nove de Junho, n.80; **VALOR MENSAL:** R\$ 1.320,00; **VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa 3.3.90.39, Rubrica 3931; **FUNDAMENTO LEGAL:** Lei Federal n. 8.666/93 e n. 10.520/02, Leis Estaduais n. 11.389/99, n. 13.191/09 e n. 13.706 /11, Lei Complementar n. 123/06, Decreto Estadual n. 42.434/03 e Provimentos PGJ/RS n. 33/08, n. 47/05 e n. 54/02.
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 14 de junho de 2018.
ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
 Diretor-Geral.

**SÚMULA DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL
 PROCESSO N. 02405.000.058/2018**

O **DIRETOR-GERAL** da Procuradoria-Geral de Justiça, órgão administrativo do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições, designa, como fiscal do contrato constante do processo em epígrafe, o servidor Luiz Eduardo Pereira da Silva e, como seu substituto, o servidor Otávio Gonçalves Röhrig.
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 14 de junho de 2018.
ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
 Diretor-Geral.

**CONTRATO DE COMPRA E VENDA N.056/2018
 PROCEDIMENTO N. 02405.000.060/2018
 PREGÃO ELETRÔNICO N. 19/2018**

CONTRATADA: LUCIANE KLESENER - ME; **OBJETO:** aquisição de material de expediente;

Item	Descrição	Qtde.(un)	Marca/ Modelo	Valor unitário	Valor total
17	Tinta para carimbo vermelha	80	CARBRINK/40ml	R\$1,44	R\$115,20
18	Umedecedor de dedos em pasta	600	RADEX	R\$1,18	R\$708,00

VIGÊNCIA: 06 (seis) meses; **VALOR TOTAL:** R\$ 823,20; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto/Atividade 6420, Natureza da Despesa 3.3.90.30, Rubrica 3009; **FUNDAMENTO LEGAL:** Leis Estaduais n. 13.191/09 e n.11.389/99, Provimentos PGJ/RS n. 33/08 e n. 47/05, Lei Complementar n. 123/06 e, subsidiariamente, Leis Federais n. 8.666/93 e n. 10.520/02 e Provimento PGJ/RS n. 54/02.
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 14 de junho de 2018.
ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
 Diretor-Geral.

**SÚMULA DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL
 PROCESSO N. 02405.000.060/2018**

O **DIRETOR-GERAL** da Procuradoria-Geral de Justiça, órgão administrativo do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições, designa, como fiscal do contrato constante do processo em epígrafe, o servidor

Christian Brod e, como seu substituto, o servidor Fernando Kruei Nogueira.
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 14 de junho de 2018.
ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
 Diretor-Geral.

**RECURSO ADMINISTRATIVO
 PROCEDIMENTO N. 00589.001.130/2017
 PREGÃO PRESENCIAL N. 03/2018**

A Procuradoria-Geral de Justiça, relativamente ao procedimento licitatório que tem como objeto a prestação de serviços técnicos de manutenção preventiva e corretiva de veículos automotores, torna público, para os devidos fins, que **decidiu, em caráter definitivo:** a) conhecer o recurso administrativo interposto pela MARCOCAR MECÂNICA DE VEÍCULOS LTDA.; b) rejeitar as preliminares arguidas pela recorrente; c) no mérito, dar provimento parcial ao recurso, e d) REVISAR a decisão exarada no Pregão Presencial n. 03/2018, para fins de inabilitar à empresa WILSON CENTRO AUTOMOTIVO LTDA – ME e prosseguir com o certame.
FUNDAMENTO LEGAL: princípios, legislação e Ato Convocatório.
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 14 de junho de 2018.
ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
 Diretor-Geral.

**CONTRATO DE COMPRA E VENDA N.055/2018
 PROCEDIMENTO 02405.000.068/2018
 PREGÃO ELETRÔNICO N. 27/2018**

CONTRATADA: PROTEGGERE IND E COM DE EPIS EIRELI; **OBJETO:** aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) para os servidores do Ministério Público/RS.

Item	Descrição	Qtde. (un)	Marca/ Modelo	Valor unitário	Valor total
7	Sapato de segurança	44	Couro arte/ca 40116	R\$47,00	R\$2.068,00
21	Luva multitalo poliamida preta	156	Volk /ca 30.916	R\$2,45	R\$382,20
22	Luva de vaqueta	68	Couro arte/ca 7765	R\$10,60	R\$720,80
24	Luva de borracha para alta tensão	10	Orion/ca 29.773	R\$387,19	R\$3.871,90

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses; **VALOR TOTAL:** R\$ 7.042,90; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto/Atividade 6420, Natureza da Despesa 3.3.90.30, Rubrica 3015; **FUNDAMENTO LEGAL:** Leis Estaduais nos 13.191/09 e 11.389/99, Provimentos PGJ/RS nos 33/08 e 47/05, Lei Complementar n. 123/06 e, subsidiariamente, Leis Federais nos 8.666/93 e 10.520/02 e Provimento PGJ /RS n. 54/02.
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 14 de junho de 2018.
ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
 Diretor-Geral.

**SÚMULA DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL
 PROCESSO N. 02405.000.068/2018**

O **DIRETOR-GERAL** da Procuradoria-Geral de Justiça, órgão administrativo do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições, designa, como fiscal do contrato constante do processo em epígrafe, a servidora Rosenei Borba.
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 14 de junho de 2018.
ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
 Diretor-Geral.



EDITAL N. 088/2018

Resultado do Edital n. 079/2018
REMOÇÃO DE AGENTE ADMINISTRATIVO
(DEMP 06/06/2018)

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, BENHUR BIANCON JUNIOR, faz público que, tendo em vista o que consta no PR.00576.00333/2018-9, encontra-se disponível, na página da Unidade de Registros Funcionais da Divisão de Recursos Humanos (http://intra.mp.rs.gov.br/site/editais_remocao/), o resultado da remoção referente ao Edital n. 079/2018.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 15 de junho de 2018.

BENHUR BIANCON JUNIOR,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

EDITAL N. 089/2018

REMOÇÃO DE AGENTE ADMINISTRATIVO

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, BENHUR BIANCON JUNIOR, faz público que se encontra disponível, na página da Unidade de Registros Funcionais da Divisão de Recursos Humanos (http://intra.mp.rs.gov.br/site/editais_remocao/), a divulgação dos locais em que serão oferecidas vagas para provimento mediante remoção, sem ônus para esta Procuradoria-Geral de Justiça.

Os prazos e critérios deste processo de remoção estão regulamentados pelo Provimento 63/2007, publicado no DOE de 11/12/2007.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 15 de junho de 2018.

BENHUR BIANCON JUNIOR,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS**

BOLETIM N. 24/2018

A COORDENADORA DO CAO DO CONSUMIDOR E DA ORDEM ECONÔMICA científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução n. 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou/aditou os seguintes Inquéritos Cíveis ou Procedimentos Preparatórios, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

ADITAMENTO A PORTARIA. TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00754.00076/2014. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Cruz Alta. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Caroline Mottecy de Oliveira. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Cruz Alta. OBJETO: Apuração de infração às normas de defesa do consumidor, consistente em exposição à venda de produto de origem animal (carne) sem comprovação de origem e com armazenamento inadequado, no ano de 2013. INVESTIGADO(S): Laura Terezinha Cabral Pinheiro Me. LOCAL DO FATO: Cruz Alta.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01690.000.750/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Frederico Westphalen.

PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: João Pedro Togni. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Frederico Westphalen. OBJETO: Averiguar as formas de instalação e a observância das normas da ABNT na instalação das redes de proteção. INVESTIGADO(S): Caça e Pesca, Dipesca, Sul e Pesca. LOCAL DO FATO: Frederico Westphalen.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01810.000.310/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Pinheiro Machado. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Adoniran Lemos Almeida Filho. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Pinheiro Machado. OBJETO: Aumento abusivo dos preços praticados pela Abastecedora F & G Ltda ("Posto Charrua"), em Pedras Altas, por ocasião do desabastecimento causado pela paralisação dos caminhoneiros. INVESTIGADO(S): Abastecedora F & G Ltda. LOCAL DO FATO: Pedras Altas.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01631.001.500/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Rossano Biazus. CLASSIFICAÇÃO: 3º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre. OBJETO: Fornecimento de produto (maçã) impróprios para consumo quanto ao uso de agrotóxicos. INVESTIGADO(S): Orildo Menon. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

ADITAMENTO A PORTARIA. TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01631.001.266/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: André Ricardo Colpo Marchesan. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre. OBJETO: Prática abusiva - Agrotóxicos - Laudo analítico do laboratório NSF Bioensaios, encaminhado pela CEASA, referente ao produto mamão, cujo resultado apresentou irregularidades. INVESTIGADO(S): Frutshop Comércio de Frutas, Frutas BS Ltda. LOCAL DO FATO: Rio Grande do Sul e Bahia.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01872.000.475/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de São Francisco de Paula. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Bruno Pereira Pereira. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Francisco de Paula. OBJETO: irregularidade apontada em Relatório do LARP/UFSM quanto à resíduo de agrotóxico encontrado em produtos alimentícios adquiridos em 12/09/2017 no Supermercado Dia de São Francisco de Paula. INVESTIGADO(S): Supermercado DIA - Filial São Francisco de Paula. LOCAL DO FATO: São Francisco de Paula.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00890.00016/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de São Leopoldo. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Caroline Spotorno da Silva. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de São Leopoldo. OBJETO: Apurar a prática de violação de direito ao consumidor e eventuais irregularidades. INVESTIGADA: Hellen Ribeiro da Silva - nome fantasia Optovisão. LOCAL: Rua presidente Roosevelt, n. 492, sala 702, bairro Centro, São Leopoldo.



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 15 de junho de 2018.

www.mprs.mp.br

Edição n. 2395

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01876.000.046/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de São Lourenço do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Cristiana Müller Chatkin. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Lourenço do Sul. OBJETO: Apura possível funcionamento irregular da Cooperativa Pomerano, em São Lourenço do Sul. INVESTIGADO(S): Cooperativa Pomerano. LOCAL DO FATO: São Lourenço do Sul.

ADITAMENTO A PORTARIA. TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01595.000.104/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Vera Cruz. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Maria Fernanda Cassol Moreira. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Vera Cruz. OBJETO: Apurar o comércio irregular de produtos cárneos sem a devida licença e fiscalização sanitária, por parte de Anderson André Rodrigues, no açougue "Casa de Carnes", na Rua Nestor Frederico Henn, 3203, Vila Triângulo, Vera Cruz. INVESTIGADO(S): Anderson André Rodrigues. LOCAL DO FATO: Vera Cruz.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00929.000.136/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Veranópolis. PROMOTOR DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Lucio Flavo Miotto. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Veranópolis. OBJETO: Em tese, embutidos com Serviço de Inspeção Municipal de Vila Flores sendo vendido em Veranópolis, em desconformidade com as normas vigentes. INVESTIGADO: José Cristianetti - ME Agroindústria Mastelotto. LOCAL DO FATO: Veranópolis.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01726.000.308/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Butiá. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Isabel da Costa Franco Santos. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Butiá. OBJETO: PI.00938.00007/2014. INVESTIGADO(S): Estado do Rio Grande do Sul, CEEE - Companhia Estadual de Energia Elétrica. LOCAL DO FATO: Minas do Leão.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 11 de Junho de 2018.

CAROLINE VAZ,

Coordenadora do CAO do Consumidor e da Ordem Econômica.

De acordo,

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

BOLETIM N. 94/2018-CAODH

A COORDENADORA DO CAO DOS DIREITOS HUMANOS, DA SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução n. 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou/aditou os seguintes Inquéritos Cíveis ou Procedimentos Preparatórios, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01716.000.002/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Pedro Osório.

PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Luana Rocha Ribeiro. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Pedro Osório. OBJETO: Apurar descumprimento da garantia constitucional de inviolabilidade da intimidade (art. 5º, X, da CF) e descumprimento de sigilo profissional no Hospital Santa Casa de de Pedro Osório. INVESTIGADO(S): Ana Claudia Flores, Santa Casa de Misericórdia de Pedro Osório. LOCAL DO FATO: Pedro Osório.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00853.00020/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Rio Grande. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Érico Rezende Russo. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Rio Grande. OBJETO: Apurar o cumprimento da legislação no atendimento de pessoas com deficiência visual nas agências do banco Sicredi. INVESTIGADO(S): Sicredi. LOCAL DO FATO: Rio Grande.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00853.00019/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Rio Grande. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Érico Rezende Russo. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Rio Grande. OBJETO: Apurar o cumprimento da legislação no atendimento de pessoas com deficiência visual nas agências do banco Bradesco. INVESTIGADO(S): Bradesco. LOCAL DO FATO: Rio Grande.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00853.00018/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Rio Grande. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Érico Rezende Russo. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Rio Grande. OBJETO: Apurar o cumprimento da legislação no atendimento de pessoas com deficiência visual nas agências do Banco Itaú. INVESTIGADO(S): Itaú. LOCAL DO FATO: Rio Grande.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00853.00014/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Rio Grande. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Érico Rezende Russo. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Rio Grande. OBJETO: Apurar o cumprimento da legislação no atendimento de pessoas com deficiência visual nas agências do Banco do Brasil na cidade do Rio Grande. INVESTIGADO(S): Banco do Brasil. LOCAL DO FATO: Rio Grande.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00853.00016/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Rio Grande. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Érico Rezende Russo. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Rio Grande. OBJETO: Apurar o cumprimento da legislação no atendimento de pessoas com deficiência visual nas agências do Banrisul, na cidade do Rio Grande. INVESTIGADO(S): Banrisul. LOCAL DO FATO: Rio Grande.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01824.000.159/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Rio Pardo. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Christine Mendes Ribeiro Grehs. CLASSIFICAÇÃO: 2º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Rio Pardo.



OBJETO: Visa apurar ocupação clandestina, por famílias carentes, de área de terras particulares, desprovida de infraestrutura, localizada no bairro São Jorge (BR - 417), no município de Rio Pardo-RS.. INVESTIGADO(S): Município de Rio Pardo. LOCAL DO FATO: RIO PARDO - RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01128.000.004/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Márcia Rosana Cabral Bento. CLASSIFICAÇÃO: 3º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos. OBJETO: Averiguar a falta do medicamento Mesalazina em suas diversas apresentações nas Farmácias do Estado.. INVESTIGADO(S): Secretaria Estadual de Saúde. LOCAL DO FATO: Estado do Rio Grande do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01128.000.005/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Márcia Rosana Cabral Bento. CLASSIFICAÇÃO: 3º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos. OBJETO: Averiguar a falta do medicamento Azatioprina nas Farmácias do Estado. INVESTIGADO(S): Secretaria Estadual de Saúde. LOCAL DO FATO: Estado do Rio Grande do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01128.000.007/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Márcia Rosana Cabral Bento. CLASSIFICAÇÃO: 3º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos. OBJETO: Averiguar a falta do medicamento Sulfassalazina nas Farmácias do Estado. INVESTIGADO(S): Secretaria Estadual de Saúde. LOCAL DO FATO: Estado do Rio Grande do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01304.001.253/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Márcia Rosana Cabral Bento. CLASSIFICAÇÃO: 3º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos. OBJETO: Averiguar a falta do medicamento Infiximabe nas Farmácias do Estado. INVESTIGADO(S): Secretaria Estadual de Saúde. LOCAL DO FATO: Estado do Rio Grande do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01625.000.135/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Alexandre Sikinowski Saltz. CLASSIFICAÇÃO: 4º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos. OBJETO: Apurar a ausência de acessibilidade no Centro de Atenção Psicossocial - Álcool e Droga - CAPS-AD, localizado na Rua Raul Moreira, 253, Vila Cruzeiro.. INVESTIGADO(S): Município de Porto Alegre. LOCAL DO FATO: Rua Raul Moreira, 253, Vila Cruzeiro.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01177.00004/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Alvorada. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Rita Conte

Soeiro de Souza. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Alvorada. OBJETO: Para investigar a existência de instituição clandestina destinada ao cuidado de idosos e de pessoas com deficiência, situada na Rua AJ Renner, n. 159 - Jardim Aparecida - Alvorada/RS. INVESTIGADO(S): Alvino Souza da Conceição. LOCAL DO FATO: Alvorada.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01177.00005/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Alvorada. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Rita Conte Soeiro de Souza. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Alvorada. OBJETO: Para investigar a existência de irregularidades na ILPI Cantinho dos Avós II. INVESTIGADO(S): R N da Silva e Silva – Me. LOCAL DO FATO: Alvorada.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01177.00006/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Alvorada. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Rita Conte Soeiro de Souza. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Alvorada. OBJETO: Para investigar a existência de irregularidades na comunidade terapêutica Centro de Reabilitação Social Maranata Casa Missionária. INVESTIGADO(S): Centro de Reabilitação Social Maranata Casa Missionária. LOCAL DO FATO: Alvorada.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 14 de Junho de 2018.

ANGELA SALTON ROTUNNO,

Coordenadora do CAO dos Direitos Humanos, da Saúde e da Proteção Social.

De acordo,

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.